

ARMENGAUD, Françoise. *A pragmática*. Trad. Marcos Marcionilo. São Paulo: Parábola, 2006, 160p.

Resenhado por Eduardo Bugs GONÇALVES

O livro *A Pragmática*, de Françoise Armengaud, tem por objetivo apresentar alguns conceitos básicos sobre a pragmática, englobando a gênese dessa ciência lingüística, seu desenvolvimento, seus principais teóricos e idéias, bem como sua influência não somente no campo da linguagem, mas também em outras áreas do conhecimento.

A autora começa por apresentar a pragmática como uma ciência jovem, farta, de fronteiras fluidas e na qual muitos estudos e reformulações de conceitos ainda são possíveis e com certeza emergirão. Destaca, com isso, sua importância como uma ciência ainda em fase de consolidação e aceitação no meio científico.

Preocupa-se em apresentar inicialmente o conceito de pragmática como sendo um cruzamento de ciências como a lingüística e a filosofia, que busca responder perguntas acerca do que fazemos quando falamos, o que dizemos exatamente no momento da nossa fala, a quem são direcionados os nossos enunciados e quais os conteúdos que eles carregam para o interlocutor, permitindo a decodificação da mensagem transmitida na enunciação.

A pragmática é apresentada ainda, de acordo com Francis Jacques, como uma disciplina que considera a linguagem um fenômeno discursivo, comunicativo e social, partindo de uma abordagem semântica e sintática. Nesse momento, são mostrados ao leitor os conceitos sobre os quais se embasa o estudo pragmático, quais sejam, o de ato, o de contexto e o de desempenho. O primeiro conceito é aquele que evidencia que falar é agir, é instaurar um sentido, é fazer um “ato de fala”; o segundo apresenta o contexto como sendo a situação concreta na qual se processam os atos de fala propriamente ditos; e o terceiro, por sua vez, evidencia a

importância do conhecimento dos falantes para que se processe a comunicação.

Sendo importante compreender de onde surgiu a ciência que ela está apresentando na obra, a autora demonstra que a pragmática se desenvolveu a partir de interpretações múltiplas (com concepções diversas), advindas de gêneses também múltiplas (nascida de sucessivas diversificações e unificações) e possui em si múltiplos domínios, apresentando ainda, em função disso, múltiplas controvérsias internas.

Tomando como ponto de partida os conceitos iniciais, Armengaud passa a estudar, no Capítulo I, a gênese da abordagem pragmática, mostrando que ela teve nascimento, de uma certa forma, nos estudos da linguagem feitos por Wittgenstein, a partir do seu *Tractatus*, texto esse que enfrentou as dificuldades próprias do logicismo, depois aguardou o surgimento de uma semântica formal e, por último, abriu caminho para o advento de uma pragmática também formal.

Percorrendo esse caminho, Françoise Armengaud cita alguns acontecimentos importantes dentro da lingüística, como, por exemplo, a fundação da semiótica por Charles Pierce, o surgimento da semântica através dos estudos de Gottlob Frege e o estabelecimento do paradigma da comunicabilidade por Wittgenstein. Ainda dentro desse contexto, apresenta a pragmática como parte integrante de uma semiótica tripartite, evidenciando a contribuição de Charles William Morris, com seus estudos sobre semiótica enquanto ciência e como ente relacionado à semiose (descrevendo a natureza do signo, estabelecendo dimensões e níveis da semiose, apresentando a linguagem). Convém destacar que há uma tentativa da autora de delimitar a sintaxe, a semântica e a pragmática, demonstrando a relação existente entre as três e evidenciando seus objetos de análise. Demonstra, ainda, a importância do significado para os estudos que dão lastro às teorias propostas por essas três ciências.

Dentro dessa apresentação preliminar da pragmática, destaca as contribuições relevantes dadas por Rudolf Carnap e Yehoshua Bar-Hillel, colocando-os na condição de fundadores intermediários da pragmática, evidenciando que o segundo autor acabou por fazer um contraponto e a complementar os estudos realizados pelo primeiro, sendo essa sua importância no que tange ao estabelecimento do que, em nossos dias, entendemos como objeto de estudo dessa ciência.

Uma pragmática formal é proposta por Staknaker, que associava em seus estudos a frase interpretada ao contexto, proposição, mundos possíveis e valores de verdade. Ainda dentro da gênese da pragmática apresentada por Armengaud, é exposta a proposta de contribuição de três graus de análise, sendo esses identificados como o programa de Hanson, no qual o primeiro grau fazia referência ao estudo dos símbolos indexicais; o segundo, ao estudo da maneira como a proposição se expressa e, o terceiro, à teoria dos atos de fala.

Encerra-se aí o primeiro capítulo e começam a ser apresentados os temas que norteiam os estudos desenvolvidos ao longo do capítulo II, ou seja, o aprofundamento dos estudos sobre a pragmática de primeiro grau, na qual a preocupação principal é estudar os símbolos indexicais ou nos índices que permitem designar os signos.

Para embasar os estudos realizados nesse capítulo, são trazidos à tona os estudos realizados por Russell, em sua tentativa de denotar o falante ou, em outras palavras, de apresentar o circunstancial egocêntrico presente na linguagem. Paralelamente, apresenta o tratamento que é dado aos símbolos indexicais por Bar-Hillel. Seguindo seu estudo, mostra que, com Paul Gochet, é questionada a existência de uma pragmática indexical ou de uma semântica indexical.

A autora introduz, a seguir, o estudo do contexto, como ferramenta de diversificação e de unificação e a definição da tipologia quadripartite, na qual são distintos o contexto

circunstancial (identidade dos locutores), o situacional ou paradigmático (em que a situação é qualificada e socialmente reconhecida), o interacional (ou o encadeamento dos atos de fala) e o pressuposicional (constituído pelas informações presumidas pelos interlocutores).

No início do Capítulo III, começa a ser apresentada a pragmática de segundo grau, na qual são colocados lado a lado o sentido literal e o sentido comunicado, sendo o primeiro compreendido como o que realmente é dito, ou a proposição expressa, e o segundo como a frase propriamente enunciada. Nesse momento do estudo, começam a surgir dois conceitos fundamentais para a pragmática: o das pressuposições e das implicaturas. Entende-se, tendo como base o texto do livro, como sendo pressuposição a dependência de um enunciado pressupor a verdade de outro ligado diretamente a ele. Já por implicatura, é possível compreender a sugestão, a insinuação que é feita por um locutor a outro.

Os estudos de Grice, que se embasaram nas máximas da quantidade (tornar o discurso rico – porém não excessivamente – em informações), qualidade (não afirmar aquilo que não é verdadeiro ou que não se pode provar), relação (fazer com que algo seja efetivamente pertinente) e por último a máxima da modalidade (tornar o discurso, em qualquer situação, o mais claro possível). A partir desse estudo, apresenta também um outro que buscava delinear o que vinha a ser sentido literal e sentido em contexto, sendo nesse momento apresentados os estudos realizados por Searle, para o qual era importante questionar a idéia. Ele ainda considerava que o sentido literal é independente do contexto, argumento esse explorado exaustivamente dentro desse capítulo.

Por outro lado, nesse mesmo trecho, são estudados também os conceitos de sentido literal e sentido argumentativo que norteavam os estudos de Ducrot, para o qual a separação entre semântica e pragmática não era vista com bons olhos. Em seus estudos, à luz do que afirmou o autor citado

anteriormente, sentencia Armengaud que é preciso, para determinar o sentido, levar em conta a argumentação e a enunciação.

No Capítulo IV, inicia-se propriamente o estudo dos atos de fala, partindo do ponto de vista que a unidade mínima de comunicação humana não é nem a frase e nem qualquer outra expressão, mas sim a realização de alguns tipos de atos. Um dos precursores dessa teoria foi Austin, que trouxe de volta conceitos pinçados dos estudos realizados anteriormente por Wittgenstein.

Os atos de fala são classificados, dentro dessa teoria, como sendo ilocucionários (que constituem pronunciamento de julgamentos, formulação de decisões, comprometimento do leitor, exposição de concepções ou relato de atitudes comportamentais). A partir do estabelecido por Austin, Searle ainda estabelece doze critérios para os atos ilocucionários, dentre os quais destacamos as diferenças entre a finalidade do ato, relação do todo com o discurso e diferenças de conteúdos proposicionais.

Nessa parte do livro são também apresentadas algumas críticas formuladas às teorias de Searle por alguns estudiosos da pragmática, tais como Wunderlich e Récanati. É ainda introduzido o conceito de atos de fala indiretos, que representam o proferimento de uma frase que pretende significar o que o falante está dizendo com ela.

Chegando ao final do seu livro, no Capítulo V, Armengaud apresenta a expansão da pragmática e o seu alcance em novas abordagens da linguagem e, em especial, na filosofia, visto que a autora é filósofa e particularmente interessada pela filosofia da linguagem, disciplina que ministra em uma universidade francesa.

Também os pragmáticos contemporâneos, tais como Leo Apostel, que enfoca seus estudos na pragmática praxiológica e centra-se na teoria do discurso e do ato de comunicação inserida em uma teoria geral da ação, bem como a pragmática racionalista de Asa Kasher, que considera a

linguagem sob um ponto de vista da sua finalidade e racionalidade são aí incluídos.

São evidenciados ainda os estudos da pragmática estratégica de Hermann Parret, que propunha a constituição de um conjunto de possibilidades do discurso, e a pragmática transcendental de Karl-Otto Apel, que tinha como primado a visão da pragmática como um caminho de realização de um projeto do homem. Por último, surge a pragmática universal de Jürgen Habermas.

O livro chega à conclusão de que não é possível estabelecer com precisão quem é o pai da pragmática e leva o leitor não somente a descobrir essa disciplina através do conhecimento de conceitos básicos que norteiam o seu estudo, dos teóricos que foram representativos para a constituição da mesma como ciência, mas também ao interesse por novos estudos dentro dessa área.

É possível, dentro desse espectro, classificar a obra como um guia prático de iniciação nos estudos da pragmática e uma referência para aqueles que buscam entender os conceitos que dela advém, ou ainda, querem entender um pouco melhor a semântica à luz dos atos da fala e de suas implicações. É interessante notar também que, conforme Françoise Armengaud, embora sendo uma ciência ainda pouco explorada no meio acadêmico, a pragmática encontra-se em franca evolução, podendo futuramente servir como ferramenta auxiliar em muitas outras áreas da análise do discurso ou de outros campos de estudo das teorias lingüísticas.

BRAIT, Beth (Org). ***Bakhtin: outros conceitos-chave***. São Paulo: Contexto, 2006. 264p.

Resenhado por Valesca Brasil IRALA

Depois de *Bakhtin: conceitos-chave*, os “outros conceitos” trazem ao leitor da área de humanas e mais especificamente

da Lingüística e da Literatura uma obra que vem ampliar as interfaces possíveis entre os conceitos desenvolvidos por Bakhtin e outros autores de relevância para a área da linguagem e, ao mesmo tempo, repaginá-los através de exemplificações consideradas mais tradicionais, como as advindas dos textos literários, mas também de outras manifestações semióticas, como as charges, os filmes e os cartuns.

No primeiro capítulo, “Análise e teoria do discurso”, Beth Brait traz uma discussão que irá permear o conceito de “Metalingüística” e de como esse conceito se desdobrou não como conceito estrito, mas como uma prática que se manifesta em outros conceitos, os quais permitem a aproximação entre as reflexões teóricas de Bakhtin e seu círculo e outros teóricos que os sucederam. Ele é apresentado como um autor que prognosticou a importância do estatuto da linguagem nas diversas esferas da atividade humana, ou seja, um antecessor dos autores que entendem a (inter)subjetividade e a interação como chaves para análises lingüísticas.

Gregolin apresenta um capítulo interessante para os analistas de discurso de plantão, principalmente para os se atêm de forma mais contundente nas leituras de Foucault e Pêcheux. Para falar das divergências, a autora traz à tona a leitura que Pêcheux e Bakhtin fazem de Saussure, relegando ao primeiro o mérito de ser mais compreensivo com esse autor. Outra divergência, de acordo com Gregolin, se dá em torno do Marxismo: Pêcheux não entende a produção dos sentidos na esfera das relações inter-individuais. Com Foucault, a relação se dá na discussão em torno do termo “enunciado” e, para arrematar, Gregolin encerra o capítulo falando das convergências dos três autores.

Para falar de “carnavalização”, Discini retoma o texto de Bakhtin que analisa a obra de Rabelais, estabelecendo exemplificações e mapeando de forma detalhada os caminhos analíticos que giram em torno do conceito, tão caro à obra do autor. O caráter festivo, a jocosidade, a exaltação dos

destronados são detalhadamente discutidos no capítulo (um dos mais extensos do livro), o qual, entre outras coisas, irá tratar da questão do “limiar”, bastante interessante para pesquisas recentes da área das Humanas que se apóiam nas diferentes concepções de pós-modernidade.

O capítulo de Marília Amorim, “Cronotopo e Exotopia”, retoma as preocupações de ordem estética que compõem os textos de Bakhtin. O primeiro conceito, exotopia, é exemplificado com a obra de Picasso “retrato de Dora Määr”. Já o de cronotopo é apresentado a partir da cinematografia, com “Diário de Motocicleta” e “O vento nos levará”. Tais análises podem ajudar o leitor mais desavisado, acostumado a ver os conceitos de Bakhtin como presos ao texto literário, a libertar-se de seus pré-conceitos teóricos e a transpor as reflexões do autor para entender/analisar outros sistemas semióticos que vão além do que o signo lingüístico pode manifestar.

O conceito de “diálogo” é abordado por Renata Marchezan em um capítulo que discute o cerne da teoria bakhtiniana. Além das questões teóricas pertinentes ao termo, Marchezan traz um exemplo de análise retirado de uma propaganda do governo federal e outro de uma notícia da Folha de São Paulo.

Grillo, no capítulo “Esfera e Campo”, propõe estabelecer relações entre esses dois conceitos — o primeiro advindo da obra de Bahktin e o segundo, do sociólogo Pierre Bourdieu. Para a autora, tais conceitos podem ser intercambiáveis. Ela encerra o capítulo com a discussão que estabelece relações entre campo e gênero, problematizando a divulgação científica e sua especificidade quanto ao campo científico.

Fiorin, ao problematizar os já difundidos conceitos de interdiscursividade e intertextualidade, retoma uma questão primordial na obra de Bahktin: o dialogismo. Para falar desses conceitos, é necessário problematizar “texto”, “enunciado” e “discurso”, discussão sempre necessária, principalmente levando em conta que são termos guarda-

chuvas tratados em diversas teorias da área da linguagem. Os exemplos de Fiorin vêm da poesia, o que nos ajuda a confirmar a possibilidade da articulação entre um estudo lingüístico em um gênero tradicionalmente submetido à teoria literária.

“Poesia” é o capítulo desenvolvido por Tezza. O autor tenta enfatizar as discussões de Bahktin a respeito da prosa e da poesia e de que a segunda seria caracterizada por uma “irresistível transcendência” além de ter o poder de “chamar a si a responsabilidade total de suas palavras”.

Clot faz uma interessante relação entre o trabalho de Vygotsky, Leontiev e Bakhtin à luz da psicologia e da forma como esses autores lidam principalmente com questões referentes à significação. A conclusão de Clot é a seguinte: uma certa estagnação na questão da teoria da significação por parte de Vygotsky e Leontiev é compensada pelo desenvolvimento das idéias que ambos desenvolveram no campo da teoria da atividade. Tanto os avanços como os recuos serão fundamentais para ampliar a discussão em torno do conceito de “gênero”, um dos mais fecundos nos textos bakhtinianos.

“Realismo grotesco” é o capítulo que encerra a coletânea através de uma série de exemplos por meio de enunciados plásticos-icônicos que irão retomar o conceito de carnavalização, cronotopo e dialogismo. É um capítulo sugestivo para analistas que pretendem abordar tais conceitos à luz de um *corpus* alternativo.

Os “outros conceitos”, embora apresente capítulos menos atrativos que o livro anterior em termos de aprofundamento dos conceitos bakhtinianos, é interessante por ampliar o elo e a reflexão desses conceitos com autores também relevantes da área das Ciências Humanas. Dessa forma, ajudam o leitor a perceber que esse diálogo contribui para rediscussões fecundas a respeito das teorias/conceitos intercambiáveis e/ou complementares.

VANDRESEN, Paulino (Org.). ***Varição, mudança e contato lingüístico no Português da Região Sul***. Pelotas: Educat, 2006. 337p.

Resenhado por Cristiane LAZZAROTTO

Organizada por Paulino Vandresen, nome bastante conhecido no meio acadêmico, especialmente por aqueles que se interessam pela Sociolingüística, esta obra reúne 15 artigos de pesquisadores vinculados a diferentes instituições do Brasil. O objetivo de todos os estudos relatados é descrever o Português falado na região sul do país, sob a ótica de três grandes áreas da Sociolingüística: o estudo da variação lingüística, o estudo dialetológico e o estudo do bilingüismo. Essas pesquisas têm sido desenvolvidas a partir dos *corpora* de vários Bancos de Dados, tais como: a) Banco de Dados Sociolingüísticos da Fronteira e da Campanha Sul-riograndense (BDS-Pampa); b) Dialeto Portugueses do Uruguai (DPU); c) Banco Variação Lingüística Urbana da Região Sul (VARSUL); d) o Projeto Norma Urbana Culta (NURC) de Porto Alegre e de São Paulo e d) Atlas Lingüístico e Etnográfico da Região Sul (ALERS).

O Capítulo 1 foi escrito por Luís Centeno do Amaral e trata do Paralelismo Formal, que se caracteriza como uma tendência à ocorrência de marcas gramaticais na mesma seqüência de fala e se constitui numa das variáveis mais utilizadas em trabalhos de concordância. O autor busca demonstrar que a escolha da variável Paralelismo Formal na análise estatística de dados de concordância verbal impede a visualização dos reais condicionadores lingüísticos envolvidos no fenômeno estudado. O autor acredita que essa variável não tem muita eficácia em estudos sobre concordância verbal e afirma que se deve ter cautela ao utilizá-la, já que nem sempre o Paralelismo Formal tem função preponderante nos fenômenos lingüísticos e, também, porque deve haver variação em sua utilização entre os falantes. A partir de dados

de sua tese de doutoramento, o autor conclui que há uma carência na literatura em relação à definição do que seja seqüência, que se deve buscar um referencial teórico adequado para tratar do fenômeno e que se resolva o problema da interação de fatores, pois ela dificulta o rigor da codificação, além de fazer com que o Paralelismo Formal seja selecionado em várias análises estatísticas. Além disso, Amaral também demonstra que aquilo que se tem chamado de Paralelismo Formal nada mais é do que um conjunto de paralelismos motivados por vários outros fatores lingüísticos.

O Capítulo 2 intitula-se *Marcação e comportamento sociolingüístico de marcadores discursivos interacionais na fala de Florianópolis* e foi escrito por Edair Maria Gorski e Raquel Meister Ko. Freitag. A partir de dados do VARSUL, as autoras analisam o uso dos “requisitos de apoio discursivo” (RAD), tais como *tá?*, *sabe?*, *entende?* e *não tem?*, na fala de moradores de Florianópolis. As autoras acreditam que fatores sociais como idade e escolaridade não são suficientes para explicar o funcionamento sociolingüístico, propondo, portanto, uma análise calcada numa dupla noção de marcação: lingüística e social. Utilizando como pressupostos a teoria variacionista laboviana e a teoria funcionalista norte-americana, as autoras concluíram que existe uma forte correlação entre marcação lingüística e marcação social, no que se refere aos marcadores estudados. Além disso, evidenciaram que a escolha dos RADs sofre influência da marcação social decorrente do prestígio/estigma atribuído às formas, sendo o item *não tem?* o mais marcado nos planos social e lingüístico e o marcador *tá?* o menos marcado em ambos os planos. Por fim, as autoras sugerem que novos estudos sejam feitos, a partir de dados de outros dialetos.

O Capítulo 3, cuja autora é Maria Alice Tavares, trata do papel da marcação na expressão variável da seqüenciação retroativo-propulsora na fala. Esse fenômeno é caracterizado pela interligação de duas porções discursivas, através da utilização de uma estratégia em que a atenção do interlocutor

seja conduzida para o já dito e, ao mesmo tempo, para o que será introduzido no discurso. Através de dados do VARSUL, Tavares identificou que em Florianópolis os itens lingüísticos mais freqüentes na codificação da seqüenciação são os conectores *e*, *aí*, *daí* e *então*. A partir de uma análise fundamentada no variacionismo laboviano e na linha funcionalista norte-americana, a autora acredita que as tendências de emprego desses conectores possam ser explicadas pela ação do princípio de marcação, relacionado a diferentes graus de complexidade lingüística. Da mesma forma, propõe que a utilização dos mesmos seja restringida por dois fatores: as subfunções seqüenciadoras (seqüenciação textual, seqüenciação temporal, introdução de efeito, retomada e finalização) e os níveis de articulação (tópico, subtópico, segmento tópico e segmento oracional). O estudo demonstra que, na fala de Florianópolis, há indícios de especialização de *e* para seqüenciação textual, de *aí* para a seqüenciação temporal e de *então* para retomada. A introdução de efeito é realizada através do uso de *aí*, *daí* e *então*, enquanto que *daí* e *então* são utilizados para finalização. Em relação aos níveis de articulação, Tavares evidenciou que o conector *e* predomina entre segmentos oracionais, ao passo que *aí*, *daí* e *então* são utilizados na interligação de segmentos tópicos, sendo que os dois últimos também são usados na junção de tópicos e subtópicos. A autora também destaca que o princípio de marcação exerce uma função regularizadora, já que se evidencia uma relação entre a marcação de cada conector com a marcação do contexto em que ele aparece.

O capítulo seguinte deste livro relata um estudo diacrônico relativo aos verbos nos pretéritos mais-que-perfeito simples (PMQPS) e composto (PMQPC) e perfeito simples (PPS) do Português, desde o século XVI até o século XX. A autora, Márluce Coan, utiliza a teoria da Variação e Mudança em seu estudo, a partir de textos escritos que podem (ou não) refletir alguns padrões próprios da linguagem oral, tais como cartas, depoimentos, peças teatrais, entre outros. Ao final da

pesquisa, Coan conclui que os tempos verbais estudados coexistiram como variantes na escrita na função de passado *realis*, perfectivo contra-seqüencial a um ponto de referência passado. Após esse período de concorrência entre os tempos verbais, pôde ser observado um decréscimo no uso do PMQPS, seguido da pouca utilização do PMQPC. A autora também evidenciou que a marcação lingüística, a natureza discursiva e as relações semântico-sintáticas são fatores motivadores da variação e da mudança.

O Capítulo 5, intitulado *A concordância verbal de primeira pessoa do plural na fala culta de Porto Alegre*, escrito por Ana Maria Zilles e Hires Héglan Batista, aborda um estudo de tendência em tempo real, correlacionando aspectos lingüísticos e sociais, a fim de observar se existe mudança na concordância verbal de 1ª pessoa do plural na fala culta de Porto Alegre. As autoras analisam os corpora integrantes de duas amostras, uma do NURC (anos 70) e outra do VARSUL (anos 90) e fazem o levantamento de quatro hipóteses – *i*) a ausência da marca de pessoa é estigmatizada, pois há pouquíssimas ocorrências na fala culta; *ii*) a ausência de marca de pessoa ocorre em contextos em que a forma alvo seria uma palavra proparoxítona; *iii*) o apagamento do -s é favorecido em falantes mais jovens; e *iv*) o verbo auxiliar *ir* favorece o apagamento de -s. Ao final do estudo, verificaram que há dois processos ocorrendo concomitantemente: a não-aplicação da regra de concordância e a redução da marca (-*mos* ~ -*mo*). Observaram que na fala culta não ocorre a falta de concordância quando o sujeito é o pronome *nós* ou seu nulo. Contudo, há uma forte preferência pelo uso de *a gente* quando o verbo aparece na forma não-marcada. Em relação às hipóteses iniciais do trabalho, as autoras concluem que a ausência da marca de pessoa é estigmatizada (pois quase não ocorre na fala culta, aparecendo apenas em alguns contextos lingüísticos), o apagamento do -s é favorecido por falantes mais jovens, embora esse processo se mostre incipiente e lento (talvez pela preferência evidenciada em relação ao uso

de *a gente*) e o verbo auxiliar *ir*, na forma *vamo*, é o que mais favorece o apagamento do -s.

No capítulo seguinte, Odete Pereira da Silva Menon estuda a temática da indeterminação do sujeito no Português Brasileiro (PB), a partir de dados do NURC-SP e do VARSUL. Os dados demonstraram que os falantes utilizam mais recursos do que aqueles previstos pela Gramática Tradicional (GT), quando o referente não está determinado em uma construção frasal. A partir da amostra do NURC-SP, foram levantadas doze variantes utilizadas no discurso para sujeitos indeterminados: *a gente*, *eles*, *eu*, formas nominais, *nós*, *se*, *você*, *vocês*, voz passiva sem agente, voz passiva sintética, verbo na 3ª pessoa do singular e verbo na 3ª pessoa do plural. Nas amostras do VARSUL (com entrevistas realizadas nas três capitais da Região Sul e no interior do Paraná), observou-se, também, a presença do pronome tu.

O Capítulo 8, cujo título é *Cliticização pronominal no sul do Brasil: uma abordagem à luz da fonologia prosódica*, Luciene Bassols Brisolará analisa o funcionamento dos clíticos *te*, *me* e *se*, no dialeto falado na cidade de Bagé/RS, cidade próxima à fronteira do Brasil com o Uruguai. A partir de uma análise baseada na Fonologia Prosódica, a autora evidenciou que o Grupo Clítico deve fazer parte da hierarquia prosódica, já que observa uma alta incidência de elevação da vogal átona /e/ do clítico, especialmente em falantes jovens, e a não aplicação da regra de harmonia vocálica, a qual é aplicada ao /e/ em sílabas pretônicas quando há uma vogal alta seguinte. Por outro lado, outras evidências observadas na fala de adultos conduzem à hipótese de que o clítico integra, com o hospedeiro, uma única palavra prosódica. Uma das evidências é o fato de haver pouquíssima elevação da vogal /e/ dos clíticos, ao passo que em vocábulos fonológicos essa regra é categórica; outro argumento é o fato de o processo de sândi ser altamente aplicado entre o clítico e o hospedeiro, mas não entre um vocábulo fonológico e a palavra seguinte. Esse fato leva à conclusão de que está sendo iniciado um processo de

mudança, no qual o clítico passa a fazer parte da gramática dos falantes jovens de Bagé, como uma categoria prosódica.

O próximo capítulo trata da variação dos possessivos *teu e seu* e as suas implicações estilísticas. Joana Arduin e Izete Lehmkuhl Coelho analisaram a fala de moradores de várias cidades gaúchas e catarinenses, cujos dados são integrantes do VARSUL. Essa análise esteve calcada pela Teoria da Variação e Mudança e pelo quadro teórico da semântica do poder e da solidariedade. As autoras observaram que a forma *teu* é a mais utilizada pelos informantes, sendo que a variação, quando ocorre, é estilisticamente condicionada.

O Capítulo 10, escrito por Izete Lehmkuhl Coelho, Isabel Monguilhott, Sueli Costa, Marco Antônio Martins e Gésyka Mafra Silva, aborda o estatuto das construções inacusativas no PB. O estudo desenvolvido pelos autores alia uma abordagem sociolingüística quantitativa à Teoria de Princípios e Parâmetros, tendo em vista a frequência de uso, para que se compreenda bem o fenômeno em questão, especialmente na comprovação de que a classe de verbos monoargumentais do PB não é homogênea, conforme prega a GT. As hipóteses lançadas pelos autores, em relação aos verbos inacusativos, com o intuito de diferenciá-los dos verbos intransitivos, são as seguintes: *i*) os verbos inacusativos apresentam maior possibilidade de variação da ordem sujeito-verbo/verbo-sujeito; *ii*) têm maior variação da concordância verbal de 3ª pessoa do plural; e *iii*) possuem maior variação da concordância em construções conhecidas como passivas sintéticas (verbo + *se*). Os resultados do estudo evidenciaram que ocorre variação em relação à ordem do sujeito e do verbo, no caso de verbos inacusativos. Já os intransitivos inibem a ocorrência da ordem verbo-sujeito. Os verbos inacusativos oferecem restrição à marcação de plural na 3ª pessoa, além de essas restrições também serem confirmadas nas construções verbo + *se*. Assim, concluem os autores, a distinção entre verbos inacusativos e intransitivos não deve ser desprezada.

O Capítulo 11 intitula-se *O infinitivo flexionado [infinitivo[+Agr]]: uma viagem diacrônica de Roma a Porto Alegre*. Através de uma análise de orações infinitivas, com base na Teoria de Princípios e Parâmetros, o autor desse artigo, Mathias Schaf Filho, busca a origem latina do infinitivo [+Agr] no PB, construção considerada mais marcada em sua gramática. Schaf Filho conclui, através da análise da fala de sujeitos moradores de Porto Alegre, que o PB estaria num processo de gradativa marginalização do infinito [+Agr], ou seja, essa estrutura está se tornando mais marcada e de aquisição mais tardia.

O artigo de Felício Wessling Margotti e Hilda Gomes Vieira, intitulado *Características de uma área lexical heterogênea na região sul do Brasil*, tomou por base dados do ALERS, mais especificamente, as áreas lexicais do Atlas relativas ao Estado de Santa Catarina. Os autores observaram que há duas grandes áreas lingüísticas nesse Estado: a faixa leste e a faixa oeste. Essas faixas estão associadas aos fatores relacionados com a origem e a constituição étnica da população e ao modo de ocupação do espaço. Outro destaque deste artigo é a identificação de uma área isenta de projeções rio-grandenses e paranaenses, a zona lateral nordeste.

O Capítulo 13 refere-se ao contato do Português com o Espanhol no sul do Brasil. Nesse artigo, Jorge Espiga analisa fatos históricos relacionados à disputa de terras entre Portugal e Espanha, tendo como cenário a Banda Oriental (atual Uruguai) e o Rio da Prata. Ao longo do artigo, o autor demonstra que o Português falado na fronteira forma um contínuo com o Espanhol falado no Uruguai e na Argentina. Verifica-se o porquê de a Língua Espanhola exercer influência nos dialetos falados no Chuí e em Santa Vitória do Palmar (extremo sul do RS). Além disso, o autor mostra como e porque ocorreu uma “invasão” da Língua Portuguesa no norte uruguaio, onde ainda existem dialetos portugueses – DPU (Dialetos Portugueses do Uruguai) – mais restritos ao ambiente familiar, após a reforma do ensino ocorrida nesse

país. Espiga acredita que o estudo do contato lingüístico do Português da fronteira com o Espanhol é de extrema importância, por razões políticas, educativas e lingüísticas.

O capítulo seguinte do livro aborda a questão da interface língua e identidade alemã no Brasil. Clarice von Borstel faz um relato de diversas pesquisas realizadas em cursos de mestrado e doutorado, que tiveram como tema a questão do contato lingüístico nas comunidades teuto-brasileiras do sul do país. A autora faz uma retrospectiva do contato lingüístico do Brasildeutsch e do Hunrück riograndense com o Português, criando um hibridismo lingüístico e cultural na região sul do Brasil.

Em *Línguas minoritárias e situações bilíngües decorrentes: considerações sociolingüísticas*, Marlene Maria Ogliari toma como objeto de estudo uma região no interior do Paraná, colonizada por ucranianos e poloneses. Nessa região é muito comum haver moradores bilíngües, uma vez que os mesmos adquirem uma língua no meio familiar (Ucraniano e Polonês) e outra, a considerada língua oficial, na comunidade/sociedade (Português). A autora observa que fatores sociais interferem diretamente na história das línguas, de um modo geral. Além disso, aponta que as condições de resistência e vitalidade das línguas minoritárias, neste caso o Ucraniano e o Polonês, estão na dependência do comportamento lingüístico do meio familiar, que tem a opção de preservá-la ou não.

Por fim, o organizador dessa obra, Paulino Vandresen, apresenta um artigo intitulado *Política Lingüística e bilingüismo em uma comunidade teuto-brasileira*. Nesse capítulo, o autor apresenta uma descrição das várias etapas de inserção da Língua Portuguesa em Rio Fortuna, no vale do Tubarão (SC). No início, os imigrantes alemães que ali se instalaram mantiveram-se bastante afastados de comunidades falantes do Português. A escola foi o fator que inseriu o Português nessa comunidade, a partir de decisões políticas que privilegiavam o ensino da língua oficial (reforma Orestes

Guimarães e a Campanha de Nacionalização do Ensino). Vandresen relata que atualmente somente a camada mais idosa dessa região fala o dialeto alemão, o que se configura em uma perda do bilingüismo que ali existia há quarenta anos atrás. O autor aponta que esse comportamento deve-se a quatro fatores extralingüísticos: a política lingüística no sistema de ensino, que instituiu o ensino obrigatório do Português; a situação de diglossia, que colocava o dialeto alemão numa situação de desprestígio em relação ao Português; a influência de lideranças religiosas católicas, que utilizavam o Português nas manifestações públicas; e o contato lingüístico com falantes de Português, resultado do progresso político, econômico e social da região.

Após a leitura e estudo dessa obra, pode-se afirmar que se trata de um livro fundamental para qualquer indivíduo que se interessa pela Sociolingüística, mais especificamente para aqueles envolvidos com estudos sobre variação e mudança no Português falado no sul do Brasil. Além dessa área de interesse, este livro também é indicado para aqueles envolvidos com estudos sobre o contato lingüístico, seja em região de fronteira política, ou em regiões de “fronteiras” culturais e lingüísticas, tão comuns nas regiões que receberam imigrantes europeus nos séculos passados. Enfim, uma obra para alunos, professores e pesquisadores da área de Letras e Lingüística.